



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 5, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 5 - EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.05.27>

Recebido em: **04/08/2020**

Aprovado em: **07/08/2020**

PESQUISAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE PEDAGOGIA ;
GENDER AND SEXUALITY RESEARCH IN THE PEDAGOGY CURRICULUM;
INVESTIGACIÓN DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN EL CURRÍCULO DE PEDAGOGÍA

MANUELLA DE ARAGO PIRES

RESUMO

Polêmicas acerca da compreensão do que compete à escola e à família na abordagem das questões de gênero e sexualidade têm refletido nos currículos escolares e de formação de professores/as, acarretando ora em silenciamentos e retrocessos quanto a essas discussões, ora em resistências e avanços. A abordagem desse debate pelos cursos de Pedagogia vislumbraria uma importante contribuição para a desnaturalização acerca da homofobia, transfobia, misoginia e sexismo que marcam a sociedade pois é na formação do/a educador/a que ele tem oportunidade de refletir sobre crenças, valores e discursos frente à diversidade sexual e de gênero. Sob perspectiva pós-estruturalista, este estudo se propõe a um panorama acerca da produção científica brasileira com relação à inserção das questões de gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia no Brasil.

ABSTRACT

Controversies about the understanding of what is up to the school and the family in addressing issues of gender and sexuality have been reflected in school curricula and teacher training, leading sometimes to silences and setbacks regarding these discussions, sometimes to resistances and advances. The approach of this debate through the Pedagogy courses would envision an important contribution to the denaturalization about homophobia, transphobia, misogyny and sexism that mark society because it is in the education of the educator that he has the opportunity to reflect on beliefs, values and discourses in the face of sexual diversity and gender. From a post-structuralist perspective, this study proposes an overview of Brazilian scientific production in relation to the inclusion of gender and sexuality issues in Pedagogy curricula in Brazil.

RESUMEN

Las controversias sobre la comprensión de lo que depende de la escuela y la familia al abordar los problemas de género y sexualidad se han reflejado en los planes de estudio y la capacitación docente, lo que a veces conduce a silencios y contratiempos con respecto a estas discusiones, a veces a resistencias y avances. El enfoque de este debate a través de los cursos de Pedagogía imaginaria una contribución importante a la desnaturalización sobre la homofobia, la transfobia, la misoginia y el sexismo que marcan a la sociedad porque es en la educación del educador que tiene la oportunidad de reflexionar sobre creencias, valores y discursos frente a la diversidad sexual y género. Desde una perspectiva postestructuralista, este estudio propone una visión general de la producción científica brasileña en relación con la inclusión de cuestiones de género y sexualidad en los currículos de pedagogía en Brasil.

1. INTRODUÇÃO

As polêmicas que envolvem as questões de gênero e sexualidade, que permearam as agendas de campanha nas últimas eleições presidenciais, há anos se constituem campo de tensões e resistências no currículo. No Brasil, nos últimos anos, a forte influência conservadora de algumas religiões, sobretudo o catolicismo e protestantismo, na construção das políticas públicas do sistema de ensino, tem gerado embates dos quais Jair Bolsonaro também fez parte, sobretudo no tocante à compreensão do que compete à escola e à família na abordagem destas temáticas.

Diante da intenção em visibilizar as problemáticas sobre gênero e sexualidade no Brasil por parte de governos de esquerda, e também pelo aumento nas pesquisas e estudos acadêmicos sobre tais questões é que emergiu o forte movimento de grupos políticos reacionários na busca de impedir, por meio dos aparelhos de Estado, que tais temáticas fossem discutidas na escola. Sob a polêmica intitulada por “Ideologia de gênero”, termo criado pela igreja católica e reiterado pela igreja evangélica, tais grupos pretendem definir à sua maneira as políticas educacionais brasileiras. (PARAÍSO, CALDEIRA, 2018).

Em 2014, no ano de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a polêmica teve início no âmbito educacional quando o Senado Nacional e a Câmara dos Deputados Federal com a presença de religiosos/as, discutiram fervorosamente a favor da retirada de termos no texto de tal documento, onde afirmava que a superação das desigualdades educacionais teria como ênfase a “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, de forma que na versão final os termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” foram suprimidos, bem como toda a flexão de gênero, adotando a forma genérica masculina. (BRASIL, 2014).

Desse momento em diante, muitos Projetos de Lei foram criados com o intuito de suprimirem as discussões sobre gênero e orientação sexual da política educacional brasileira a exemplo de um projeto que previa até prisão de 6 meses a 2 anos para professores/as que abordassem o tema na escola. Esse debate foi levado para as secretarias municipais pelo país onde algumas acabaram por excluir tais temáticas dos seus currículos escolares. Recentemente, em sessão virtual, no mês de abril, o Supremo Tribunal Federal por unanimidade declarou inconstitucional um destes Projetos de Lei elaborados pelo estado de Goiás que proibia a discussão de gênero nas escolas do estado, afirmando que ela fere o direito à igualdade, a laicidade do Estado, a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, bem como fere o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.

Toda essa polêmica tem por base uma concepção biológica de gênero da sociedade patriarcal que dita normas, elegendo o homem como modelo e tudo o que difere dele é visto como estranho, inferior e desviante (LOURO, 2000). “Aos sabores desse conjunto de normas, quer-se uma identidade para um corpo e outra para outro corpo” (CARDOSO, 2011, p.4). Assim, impõem-se como padrão “o sistema heteronormativo onde caberiam apenas duas identidades de sexo/gênero/desejo: masculino e feminino” (CARDOSO, 2011, p.4). As outras inúmeras formas de ser e estar no mundo são consideradas ameaças à sociedade (BUTLER, 2018).

É a partir dessa concepção que as tensões se revelam na forma como se apresentam as temáticas de gênero e sexualidade em alguns documentos oficiais educacionais nos últimos anos, ora sinalizando esperança de avanços, ora subtrações e retrocessos. Seguindo a lógica do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2011), mesmo após debate coletivo e deliberações, recentemente o Ministério da Educação (MEC) retirou da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (BNCC), documento que norteia e estabelece objetivos de aprendizagens para todos/as os/as estudantes da Educação Básica no Brasil, os termos “gênero”, “identidade de gênero” e “orientação sexual” de trechos específicos, deixando o termo gênero apenas onde se referiria à questão do respeito à diversidade e combate ao preconceito baseado nas diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Desde a aprovação da LDB (Lei 9394/1996), quando ela estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino Básico e oferta de Ensino Público e gratuito neste nível, houve expansão do acesso à escolarização e trouxe para a escola uma realidade heterogênea. Para além de adquirir conhecimentos, é neste lugar que, durante anos, o/ aluno/a viverá uma multiplicidade de experiências que o constituirá como sujeito. A LDB aqui é abordada, compreendendo que a elaboração desse documento, assim como toda política pública, é resultado de disputas de poder refletindo uma intenção perante o sujeito a que elas são endereçadas, não há, portanto, neutralidade. No entanto, elas podem constituir-se também em possibilidades de resistências.

Segundo essa Lei (9394/1996), em seu artigo 3º, o ensino deve ser ministrado com base em vários princípios, dos quais destacamos o inciso I- “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e o inciso IV- “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Depreende-se deste artigo, que independentemente de quaisquer formas de identidade de gênero, raça, etnia, condição social a educação tem o papel de promover educação escolar de qualidade a todos sem discriminação e sem exclusão, independentemente de quaisquer formas de identidade de gênero, raça, etnia, condição social (BRASIL, 1996).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre estudantes LGBT's e o ambiente escolar do ano de 2016, 73% dos/as jovens entre 13 e 21 anos identificados LGBT's foram agredidos verbalmente na escola no ano de 2015. Esse é o maior índice entre outros cinco países da América Latina onde a mesma pesquisa foi realizada. Assim, a partir do artigo 3º da LDB refletimos que mais do que educar para a tolerância, uma vez que esta não problematiza as relações de poder que produzem as desigualdades, é urgente educar para as diferenças, para a multiplicidade de formas de ser, para a desconstrução da ideia de homogeneização dos sujeitos, e isto requer discutir as questões de gênero e sexualidade no âmbito da escola, o que perpassa pela formação de educadores, em especial àqueles que atuarão nas séries iniciais ou que assumirão funções de coordenação e direção nas escolas. Estes profissionais, mediante o atual contexto escolar, necessitam de uma formação que lhes dê instrumentos para promover uma educação menos excludente.

Em meio a silenciamentos e exclusões, houve, entretanto, tentativas de resistência da política pública educacional de formação de professores/as em âmbito nacional com relação às pressões dos grupos conservadores na inclusão dos debates desses temas em seus espaços. Isto pode ser observado na elaboração e aprovação de alguns documentos por parte do governo federal mediante discussões com movimentos sociais e organizações que militam em defesa dessas minorias, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015). Tais DCN inseriram pela primeira vez como conteúdos obrigatórios a serem contemplados nos cursos de formação docente, a diversidade sexual e de gênero.

Diante desse contexto, esse artigo pretende compreender como está a produção científica brasileira com relação à abordagem de gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia. Quais as concepções de currículo, gênero e sexualidade que tais estudos trazem? Para isso, essa pesquisa compreende currículo, gênero e sexualidade sob perspectiva pós-estruturalista e conforme as reflexões de Michael Foucault. Segundo Silva (2010), a partir das contribuições de Foucault nas ciências sociais e na educação, as teorias pós-estruturalistas entendem que os sujeitos são constituídos através de aparatos discursivos e institucionais permeados por relações de poder e saber. Para Foucault, “o discurso veicula e produz poder” (FOUCAULT, 2018, p.110). Desta forma, as instituições educacionais por meio de seus currículos estão implicadas na produção de subjetividades bem como de desigualdades de gênero. Para Paraíso,

“A escola é “um importante espaço social, em que as normas reguladoras do gênero marcam sua presença para ensinar o certo, o errado, o esperado, o adequado, o inadequado, o normal, o anormal, o estranho e o “abjeto” em relação às condutas de gênero.” (PARAÍSO, 2016, p.208).

O currículo sob a perspectiva pós-estruturalista, não concentra sua análise da reprodução cultural das desigualdades sob a ótica econômica, mas, a partir do movimento e teorização feminista, bem como da teoria Queer, apontam a importância do papel do gênero e da sexualidade na produção da desigualdade através das relações de poder (SILVA, 2010). A perspectiva feminista e Queer problematizam o currículo tal como existe, para além de reivindicarem o acesso das mulheres, gays e lésbicas ao conhecimento, pleiteiam uma perspectiva feminista e plural do currículo que reflita a experiência não apenas masculina e heterossexual.

2. GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE PEDAGOGIA NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS:

Com o objetivo de termos um panorama à respeito do que já foi produzido nacionalmente sobre gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia no Brasil, buscou-se no banco de dados do site Scielo por todos os periódicos, escolhendo como filtro toda a coleção do Brasil. A escolha em restringir ao Brasil se deu pelo interesse em perceber como as polêmicas recentes e as resistências ao conservadorismo têm impactado nas políticas curriculares nacionais e conseqüentemente na formação do pedagogo. Assim, em seguida, filtrou-se ainda a “Área de Ciências Humanas” e dentro dela a “Educação e Pesquisa Educacional”, como tipo de literatura filtramos o “artigo”, abarcando todos os anos de publicação e todos os idiomas. Inicialmente selecionadas as palavras “gênero” e “currículo”, ambas sem acento, chegou-se ao que resultou em 26 trabalhos em revistas diversas. Em seguida, foi acrescentado o termo “sexualidade” e o resultado foi de 7 artigos. Por fim, com o objetivo de encontrar artigos mais alinhados à formação do/a pedagogo/a, foi inserido o termo “pedagogia” o que resultou em 3 artigos, todos eles oriundos da região sul do país.

Por essa amostragem, percebeu-se que ainda há pouquíssima produção científica que enfoque esse tipo de problematização em currículos de Formação em Pedagogia, daí ser relevante que se investigue mais esse currículo.

Autor	Título	Instituição	Revista	Ano	Palavras-chave
1 Maciel, Patrícia Daniela; Garcia, Maria Manuela Alves	A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo	Instituto Federal do Paraná, Colombo, PR, Brasil; Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil	Revista Brasileira de Educação	2018	currículo; gênero; professoras lésbicas.
2 Dinis, Nilson Fernandes; Cavalcanti, Roberta Ferreira	Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia	Universidade Federal do Paraná	Pro-posições	2008	Homossexualidade. Gênero; Formação
3 Furlani, Jimena	Sexos, sexualidades e gêneros: monstrosidades no currículo da Educação	Universidade do Estado de Santa Catarina	Educação em Revista	2007	docente Educação sexual; Educação, Gênero e sexualidade; Currículo e

A partir da leitura dos três artigos observou-se que o artigo “A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo”, não trata especificamente sobre currículo de formação do/a pedagogo/a mas traz pistas e uma importante reflexão para pensar esse currículo no que se refere às questões de gênero e sexualidade no exercício da docência. O estudo analisa por meio dos discursos de 7 mulheres lésbicas professoras da educação básica do Rio Grande do Sul, de que forma elas produzem à docência e o currículo no que se refere à gênero. O estudo compreende sexo, sexualidade e gênero sob perspectiva pós-estruturalista e pós-identitária de maneira a concebê-los como convenções culturais e normas constituídas socialmente por meio dos discursos. Com base em relatos autobiográficos das docentes e ancorado na teoria da noção de experiência de Walter Benjamin, Giorgio Agamben e Jorge Larrosa, para coletar e analisar as narrativas, nos estudos de Michael Foucault para entender sexualidade e cuidado de si, bem como na crítica de Judith Butler ao sistema corpo/sexo/gênero, as pesquisadoras perceberam que as experiências de gênero das docentes lésbicas as subjetivaram e as fizeram constituir conhecimento próprio acerca da docência, problematizando nas suas práticas a essencialização das identidades sexuais e a heteronormatividade tão presente no ambiente escolar. Segundo o estudo, essa docência constituída se configura como uma pedagogia Queer já que a própria presença dessas professoras na escola borra as identidades sexuais fixas, abrindo possibilidade para a vivência de outras formas de sexualidade e docência. É interessante também como o estudo pensa o currículo,

“não apenas como uma tecnologia de regulação e limitação do conhecimento advindo das práticas e princípios de governo, mas também como uma tecnologia de regulação que se constitui a partir das manifestações das verdades produzidas nas relações dos sujeitos consigo mesmos e com os outros, quando esses cuidam de si próprios, quando se ocupam de si mesmos na relação com os outros” (MACIEL; GARCIA, 2018, p.5).

Dessa maneira, o artigo reflete que com a experiência pedagógica queer das professoras, percebe-se a possibilidade de um currículo para a multiplicidade de formas de vida, de vidas que escapam ao que é posto como normal na sociedade, que produza diferenças, ao contrário de binarismos, o que conforme as autoras, traz “consequências epistemológicas importantes para o trabalho docente e os currículos”(MACIEL; GARCIA, 2018, p.16).

O Segundo artigo “Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia”, discute sobre as concepções sobre a homossexualidade e gênero produzidas por estudantes de um curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná. Segundo o estudo, a partir dos dados quantitativos concluiu-se que “ há melhor aceitação das diferenças sexuais e de gênero”, porém, segundo o autor, uma análise mais detalhada aponta para uma assimilação do discurso politicamente correto mas sem uma mudança significativa das concepções binaristas e excludentes sobre a produção das identidades sexuais e de gênero, ou sobre a formação de novos modelos familiares no mundo contemporâneo. (DINIS; CAVALCANTI, 2008).

É interessante destacar que tal estudo ressaltou a necessidade de maior espaço no currículo de formação em Pedagogia para discussão de tais temas para que os licenciandos tenham possibilidade de refletir sobre eles pois, segundo o autor, a falta de informação e de oportunidade de desconstruir verdades naturalizadas é que geram os preconceitos e intolerâncias. Assim para que os/as pedagogos/as possam em seu exercício profissional estar mais preparado para as demandas reais da escola é necessário que sua formação perpassasse por essas problematizações pois, conforme o texto:

“vivemos um momento no qual as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis e as fórmulas, inoperantes, de maneira que se torna quase impossível estancar as novas questões surgidas na modernidade. Não há como ignorar as novas práticas, os novos sujeitos e suas contestações ao

estabelecido” (DINIS; CAVALCANTI, 2008, p.16).

Percebe-se, no entanto, neste artigo a utilização de alguns termos que carecem de problematização por parte dos pesquisadores, a exemplo do termo ‘aceitação das diferenças sexuais’ de maneira que aparenta ser disso que essas diferenças precisem. No entanto, o fato de tratar tais questões como aceitação já revela uma superioridade de um padrão hegemônico superior sobre o diferente inferior. Nesse caso, para além de uma aceitação, o que a formação de pedagogos/as deveria fomentar seria a valorização e produção das diferenças sexuais e de gênero de maneira a contemplar em seus processos educativos toda a multiplicidade de formas de vida que adentram a escola e compõem a sociedade.

A terceira pesquisa “Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual” também traz importantes reflexões para pensar um currículo escolar e conseqüentemente de formação do/a pedagogo/a mas de forma indireta. O estudo compreende sexo, sexualidade e gênero como invenção política, cultural e social e intenta a partir de uma linguagem metafórica com a utilização de um livro paradidático infantil fazer uma análise cultural e problematizações acerca da Educação Sexual. A pesquisa tem aporte nos Estudos Culturais e Feministas e tem perspectiva pós-estruturalista. Nesse jogo metafórico, a autora reflete que os sexos, as sexualidades e os gêneros podem ser pensados como “monstros curriculares” como todo assunto que segundo ela é marcado pela polêmica, provisoriade e normalização. Tais “monstros” subordinam-se aos padrões hegemônicos da cultura normativa, mas também resistem a eles isso permite que, na Educação Sexual, os processos que constituem a normalidade e desigualdade possam ser permanentemente questionados. Essa é uma reflexão interessante para pensar o currículo, não há essencialidades, mas tudo está em permanente construção, portanto as verdades presentes nele precisam ser sempre desestabilizadas e questionadas (FURLANI, 2007).

Em pesquisa à A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações buscou-se os termos “gênero, “sexualidade”, “pedagogia”, “currículo”, “formação” e foram encontradas 39 dissertações e 16 teses. Destas pesquisas, foram excluídas 16 por se distanciarem do objetivo deste estudo, 1 deles por se tratar de gênero no sentido de gênero literário, 7 deles por focarem na formação de profissionais de outras áreas como enfermagem, sociologia, biologia, 6 deles por focarem no currículo escolar, sendo 4 no Ensino Fundamental, 1 no ensino médio e 1 na Alfabetização de Jovens e Adultos. Restaram 15 pesquisas que mais se alinham ao presente estudo, as quais procedemos em seguida com a leitura e levantamento de reflexões mais importantes. A maior produção científica com relação a essas temáticas advém da região sudeste com 7 trabalhos, seguida da região nordeste com 5 e depois sul com 3.

AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ANO	ORIENTADOR	PALAVRAS-CHAVE
1 Koerich, Maria Cecília Takayama	História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na	Universidade Federal de Santa Catarina	2007	Garcia, Wladimir Antônio da Costa	Formação de educadores. Sexualidade. Relações de gênero. Currículo
2 Santos, Maria do Carmo Gonçalo		Universidade Federal de Pernambuco	2016	Santiago, Maria Eliete	Currículo. Gênero. Sexualidade. Prática Pedagógica.

3	Martins, Walkiria de Jesus França	educação básica Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís	Universidade Federal do Maranhão	2012	Nunes, Iran de Maria Leitão	Gênero Sexualidade Educação Formação Currículo
4	Silva, Kelly da	Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as As concepções de sexualidade de um grupo de alunas do curso de pedagogia: uma análise a partir do recorte de gênero	Universidade Federal de Juiz de Fora	2011	Ferrari, Anderson	Currículo Formação de professores/as Identidade Gênero Sexualidade
5	Costa, Ana Paula	Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica "A gente não pensava nisso...": educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS	Universidade Estadual Paulista	2009	Ribeiro, Paulo Rennes Marçal	Sexualidade. Relações de gênero. Formação Acadêmica. Currículo.
6	Rocha, Natalia Hosana Nunes	Os discursos de Gênero e Sexualidade na Formação de Professoras/es	Universidade Federal de Viçosa	2015	Silva, Lourdes Helena da	
7	Hampel, Alissandra	O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re)articulação no campo escolar	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação.	2013	Felipe, Jane	Educação para sexualidade, gênero, Formação docente, currículo.
8	Souza, Bruno Barbosa de	Games e gênero: as contribuições dos jogos eletrônicos na formação dos pedagogos	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2018	Meglhioratti, Fernanda Aparecida	Gênero Sexualidade Formação Inicial Licenciatura
9	Luiza Araújo Martins de Oliveira, Anna	Relações de	Universidade Federal de Pernambuco	2009	Martins de Araújo, Clarissa	Perspectiva pós-crítica da educação; Teoria do discurso; Discurso pedagógico; Diversidade sexual; Gênero e sexualidade; Educação
10	Malta, Aline Rodrigues		Universidade Federal de Pernambuco	2016	Sabbatini, Marcelo	Tecnologia educacional; Jogos eletrônicos; Professores - Formação; Pedagogos

11	Oriani, Valéria Pall	gênero e sexualidade na educação infantil: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas	Universidade Estadual Paulista	2015	Brabo, Tânia Suely Antonelli Marcelino	Educação Infantil; Relações de gênero; Sexualidade; Práticas Pedagógicas.
12	Nunes, Maria Dolores de Figueiredo	sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental	Universidade Federal de São Carlos	2002	Oliveira, Maria Waldenez de	
13	Costa, Simone Gomes da	Narrativas audiovisuais e redes de significações sobre gênero e sexualidades nos/com os cotidianos de um curso de formação de professores	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2014	Maria da Conceição Silva Soares	Narrativas audiovisuais, currículos em redes, gêneros e sexualidades, formação de professores
14	Corsi, Adriana Maria	Currículo em ação nos anos iniciais do ensino fundamental e a atenção à multiculturalidade	Universidade Federal de São Carlos	2007	Lima, Emília Freitas de	Currículo em ação, Intermulticulturalismo, Formação de professores.
15	Rios, Pedro Paulo Souza	Estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano	Universidade Federal de Sergipe	2019	Dias, Alfrâncio Ferreira	Educação; Professores; Autobiografia; Gênero; Homossexualidade; Trabalho docente

Após leitura dos trabalhos, dentre as 15 pesquisas selecionadas (teses e dissertações) para leitura, com aproximação ao nosso objeto de estudo, 10 destas abordam a formação inicial do/a professor/a sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade, 03 versam sobre as mesmas categorias no contexto da formação continuada e apenas 02 abarcam tanto a inicial quanto a continuada. E fazendo um recorte sobre os cursos ou formações analisadas, 5 envolvem a formação/atuação do/a pedagogo/a e outras licenciaturas, e 10 são exclusivamente da formação em pedagogia.

Desse modo, verificou-se que apenas 07 pesquisas, trata da formação inicial do curso de pedagogia. São estas: “História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia”; “As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica”; “Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís”; “Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as”; “ ‘A gente não pensava nisso...’ : educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região

da Campanha/RS”; “Games e gênero: as contribuições dos jogos eletrônicos na formação dos pedagogos”; “Narrativas audiovisuais e redes de significações sobre gênero e sexualidades nos/com os cotidianos de um curso de formação de professores.”

Com relação às perspectivas teórico-metodológicas das pesquisas, 09 delas estão numa perspectiva pós-crítica, 01 crítica e 05 não especificam nos trabalhos. Viu-se ainda que a fundamentação teórica dos 09 trabalhos identificados numa perspectiva pós-crítica utiliza Foucault em suas teorizações. Sendo logo seguido por Guacira Louro, Butler, Meyer e Tomas Tadeu Silva, como autores/as mais proeminentes.

Verificando o percurso metodológico das pesquisas, observa-se a utilização em grande parte delas da entrevista como instrumento para a produção de dados, aparecendo em 10 delas, sendo 04 do tipo semiestruturadas. Outro instrumento metodológico bastante utilizado é a pesquisa documental, aparecendo em 07 trabalhos e análise do discurso, presente em 04 pesquisas. Das que utilizaram análise do discurso, 02 delas se ancora nas contribuições da obra de Foucault, uma delas se baseia teoria da Escola de Essex e outra na perspectiva teórica da professora Eni Puccinelli Orlandi.

Dos 07 trabalhos que realizaram pesquisas documentais, 04 o fizeram utilizando os currículos de Pedagogia e têm como objeto a formação inicial do/a docente. São esses: “História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia”; “Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís”; “Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as”; “ ‘A gente não pensava nisso...’ : educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS”. Em tempo, ainda considero que os dois primeiros citados nesse parágrafo, também utilizaram análise do discurso para produzir seus dados de pesquisa.

Em relação às reflexões alcançadas com as pesquisas, algumas delas indicam a presença da temática e/ou disciplina envolvendo gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de formação, apesar dos estudos serem quase unânimes na afirmação de que esses temas são insuficientes, e geralmente abordados sob uma perspectiva biologizante ainda apresentados de forma fragmentada no que se refere a teoria e prática. Tal fato pode ser ilustrado com a pesquisa: “História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia” de Maria Cecília Takayama Koerich, a qual afirma:

“A presença-ausente da temática de sexualidade e dos estudos de gênero no curso de Pedagogia foi observada através das nossas entrevistas e das análises aos documentos de identidade dos cursos pesquisados. Tanto com os(as) coordenadores(as) como com as acadêmicas são unânimes em dizer que este é um assunto de extrema relevância. Não há uma fala que coloque uma idéia contrária a essa, mas todos também são unânimes em tecer críticas em relação à formação inicial. Seja na não visualização da sexualidade e de gênero na sala de aula, na falta de estudos e debates aprofundados, ou mesmo na presença fragmentada, limitada em uma disciplina.” (KOERICH, 2007, p. 99).

A pesquisa “A gente não pensava nisso...” que discute e analisa a importância da inclusão de temas como gênero e sexualidade na formação de professores/as na região de Campanha no Rio Grande do Sul por meio dos grupos focais, levantou outra questão muito importante que é quanto ao interesse dos/as professores/as em formação com relação às temáticas, muitas vezes almejando um caráter prescritivo de tais conteúdos ou disciplinas em busca de respostas imediatas para situações que se apresentam em sala de aula na escola, em estágios ou atividades práticas. Assim, a pesquisadora reflete que não bastaria esse caráter na abordagem de tais questões mas “seria necessário ir muito além, oportunizando espaços de discussões onde temas como a construção das identidades sexuais e de gênero e as demais questões do corpo e da sexualidade sob uma ótica mais cultural, produzida e produtora de comportamentos, possa ser debatida” (HAMPEL, 2013, p. 101).

Para a autora desta pesquisa, há dificuldade por parte dos/as professores/as em compreenderem que a

escola tem implicação direta na produção de gênero e sexualidade dos/as alunos/as e perceberem então que o debate é mais amplo do que simples prescrições. Conforme a autora, “numa sala de Educação Infantil ou até mesmo, em outros níveis de ensino, a simples maneira de organizar os alunos e a forma de classificar as atividades de meninos e meninas, constrói e reforça a separação dos gêneros” (HAMPEL, 2013, p.102). Assim, conforme o estudo, seria necessário que as discussões acerca de gênero e sexualidade fossem vivenciadas amplamente pelos/as docentes em formação e na formação continuada enquanto profissionais, de forma que eles tenham oportunidade de desconstruir conceitos, verdades únicas e crenças cristalizadas da educação que receberam.

Coadunando com a pesquisa de (HAMPEL, 2013), está a tese “O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano” em que se analisa por meio de narrativas (auto)biográficas o discurso de professores gays do semiárido baiano sobre a produção de si enquanto corpo estranho e as estratégias de desconstruir gênero e sexualidade em suas trajetórias escolares e acadêmicas. Conforme o estudo,

“as narrativas evidenciaram a presença de discursos marcados pela transgressão às normas efetuadas pelos efeitos da presença, no espaço escolar, de corpos viados, com trejeitos afeminados, significados como estranhos. De acordo com o Professor Ossayn (2018), o corpo se reverbera na própria história da pessoa, necessariamente marcada pela sexualidade. Ressalta ele: “[...] se eu fui uma criança viada, se tive e tenho um corpo afeminado, com trejeitos e, portanto, estranho, essa é minha história”. É necessariamente essa história, e a história de tantxs outrxs meninxs tomadx como estranhxs, que a escola precisa aprender a respeitar, a conviver e assegurar o direito à diferença, especialmente a partir das práticas curriculares” (RIOS, 2019, p.172).

É dessa forma que a presença desses/as professores/as na escola funciona também como instrumento de uma Pedagogia Queer pois valida “corpos estranhos” na produção de conhecimento nas instituições de ensino, abrindo espaço para que outras subjetividades e modos de viver a sexualidade sejam possibilitados no ambiente escolar e para além dele.

Chama a atenção o que refletiu Santos (2016), a partir de sua análise sobre as contribuições do currículo da formação de professoras e professores para a prática pedagógica com gênero e sexualidade na Educação Básica e tem como campo empírico o curso de Pedagogia do CAA/UFPE e duas escolas da rede de Educação Básica. A pesquisa observou que Gênero e sexualidade não são temas ou categorias inseridas em parte ou em um tempo apenas das disciplinas do currículo de pedagogia, mas são abordagens presentes em toda formação e contribuem para ressignificar a prática dos/as alunos/as-professores/as. A perspectiva abordada pela formação em Pedagogia compreende gênero e sexualidade como categorias histórico culturais produzidas por meio do discurso e contribuem para questionar o binarismo de gênero e a heteronormatividade. Porém ressalta que o contexto da escola é contingente e demanda dos docentes da educação básica permanente atualização, daí segundo o estudo ser imprescindível a abordagem de tais temáticas na Formação Continuada. Conforme Santos:

“As demandas pelo trabalho com gênero e sexualidade no contexto escolar desafiam as professoras a relacionarem as categorias e acessarem os conhecimentos adquiridos na formação inicial. A contingência da prática cobra delas o exercício de ressignificação do conhecimento formativo de acordo com a realidade e a seleção do tipo de conhecimento.” (SANTOS, 2016, p.356).

A análise dos currículos dos cursos de Pedagogia de 3 instituições de Minas Gerais no estudo de SILVA(2011) para compreender quais identidades de gênero que as experiências e relações estabelecidas eles produzem e quais possibilidades de desconstrução apontou um aspecto relevante nos processos de reformulação curriculares e os jogos de força para inserção de temáticas como as de gênero e sexualidade, conforme entrevista com os/as coordenadores/as destes cursos percebe-se que estes entendem a importância da abordagem das temáticas mas isso vai de encontro a dificuldades

estruturais do curso e a cultura de ensino. Assim, “a possibilidade de tratar os temas gênero e sexualidade existe, o que faltam são pessoas dispostas a atuar nesse campo, pois, a discussão parece estar ligada aos atores”. (SILVA, 2011, p. 180)

Rocha (2015, p. 52) enfatizou em sua pesquisa acerca da “... importância da inclusão das questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais com perspectiva de gênero para além dos discursos hegemônicos” levantando as seguintes perguntas pertinentes: Que saberes e práticas são norteadoras dessas temáticas no interior dos cursos de Pedagogia? Estão a serviço de quem? Conforme a autora, muitas vezes tais questões de gênero e sexualidade são incorporadas nos documentos normativos que orientam os currículos para atender compromissos com acordos internacionais assumidos, porém não há preocupação em garantir que cheguem nas instituições educacionais por meio dos docentes e ao mesmo tempo que ao chegarem o discurso não seja de cunho médico e biologizante de forma a apenas reproduzir a normatividade.

Percebe-se com a leitura desses estudos que conforme afirma Vianna, “prevalecem as dificuldades em romper com os padrões tradicionais a respeito das identidades de gênero, mas também ganham espaço tentativas de resignificação das concepções docentes para além da heteronormatividade no trabalho pedagógico”. (VIANNA, 2012, p. 133).

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de levantamento das produções científicas a respeito das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia percebe-se que tais produções ainda são escassas quando se trata dessa formação, daí ser relevante que mais estudos se proponham a pensar sobre ela numa perspectiva de problematizar currículos existentes e perspectivar outros na inserção dessas categorias.

A pesquisas encontradas mostram ainda um silenciamento ou tratamento superficial acerca de tais questões em muitos currículos de formação de pedagogos/as pelo país, até mesmo quando diretrizes e normativas preveem, essa abordagem, o que demonstra ainda o não reconhecimento da relevância dessas categorias na constituição dos sujeitos. Em muitos currículos, não se priorizam o aprofundamento do debate que intente compreender e identificar a discriminação de gênero e sexual, estando as poucas discussões muitas vezes fincadas em concepções biologizantes, moralistas e heteronormativas.

De forma oposta, o tratamento dessas temáticas nos currículos escolares e de formação do/a pedagogo/a necessitaria de forma urgente que no lugar da homogeneização, a diferença fosse elevada. Segundo Silva (2000, p. 102), “educar significa introduzir a cunha da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo idêntico, um mundo parado, um mundo morto”.

Com isso, não se trata de abordar tais temáticas no sentido de “respeito” e “aceitação”, “antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida” (SILVA, 2000, p. 101), ou seja, é preciso reconhecer que as identidades e as diferenças não estão dadas e convivendo harmoniosamente, mas são construídas socialmente em meio a disputas de relações de poder, que hierarquizam e instituem normalidades. Conforme Cardoso *et al.*, a invocação à tolerância tem intenção de fixar identidades, homogeneizar e abrandar as lutas por representação em um contexto neoliberal. Tolerar parte da naturalização de um ponto central considerado padrão de onde os diversos partem e são constituídos como “outros” a serem aceitos e incorporados em uma racionalidade universal, que “respeita” suas particularidades sem ser questionada. (CARDOSO *et al.*, 2019, p. 1472).

Um currículo para a multiplicidade de formas de ser, para a desconstrução da ideia de homogeneização dos sujeitos, ou seja, um currículo Queer borra as identidades, questiona a norma, o que faz mais sentido numa escola e sociedades heterogêneas. Isso requer em caráter emergencial discutir amplamente as questões de gênero e sexualidade no âmbito da escola, dentre elas a desigualdade de gênero, orientação sexual, violência homofóbica e transfóbica, a discriminação

LGBTQI+ em todos os âmbitos escolares. Isso perpassa pela formação de educadores, em especial aqueles que atuarão nas séries iniciais ou que assumirão funções de coordenação e direção nas escolas. Esses/as profissionais, mediante o atual contexto escolar, necessitam de uma formação que lhes dê instrumentos para promover uma educação menos excludente.

Pensar em currículos de formação do pedagogo sob a perspectiva de gênero e sexualidade é repensar concepções de educação e identidade deste profissional que foi tecida por esses marcadores e por relações de poder e saber. Assim, quando isso não é posto em xeque permanentemente, tal formação só fará “produzir rotinas, aprisionar as forças, dividir, desanimar”. (PARAÍSO, 2015, p.52). As possibilidades de movimento e de experimentações é o que dá vida ao currículo, é o que faz dele múltiplo e potente. Compreendendo que currículo é construído em um campo de disputas e que os discursos de verdade são performativos, sabe-se que eles sobrevivem mediante reiteração, não estão dados, portanto, cabem resistências. Então, é tempo de pesquisar mais, e rever as verdades cristalizadas na formação do pedagogo para gênero e sexualidade, tempo de “continuarmos o movimento, de intensificarmos nossos embates, de nos somarmos àqueles e àquelas que compartilham do desejo de estranhar o que nos impõem” (CARDOSO *et al*, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNL D 2016**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Brasília, 2011. 104p.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CARDOSO, Livia de Rezende. Conflitos de uma bruta flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental. In: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Org.). **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**. 1ª ed. Brasília: Presidência da República, 2011, v. 1, p. 35-56.

CARDOSO, *Livia de Rezende*; GUARANY, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriela Silva; PIRES, Manuella de Aragão. Gênero em Políticas Públicas de Educação e Currículo: do direito às invenções. **Revista E-curriculum**, Vol. 17, p. 04, 2019.

DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 99-109, maio/ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2018.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educ. rev.** [online]. 2007, n.46, pp.269-285. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>.

H

AMPEL, Alissandra. **A gente não pensava nisso: Educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS**. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KOERICH, Maria Cecília Takayama. **História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 99. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACIEL, PATRÍCIA DANIELA; GARCIA, MARIA MANUELA ALVES. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2018, vol.23, e230022. Epub Apr 05, 2018. ISSN 1809-449X. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230022>.

<
p style="">

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**. **2016**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723817332016206>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

PARAÍSO, Marlucy. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre currículos, gênero e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PARAÍSO, Marlucy. Um currículo entre formas e forças. **Revista Educação (impresso)**. Porto Alegre. 38, n. 1, p. 49-58, jan.-abr. 2015.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano**. 2019. 188p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

ROCHA, Natália Hosana Nunes. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Viçosa. Viçosa, p. 52, 2015.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. **As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica**. 2016. Tese -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016.

SILVA, Kelly da. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 180, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**.

3º edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIANNA, Claudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, maio/ago. 2012.

Autora: Manuella de Aragão Pires

Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão – SE – Brasil, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5219286454033752> Link ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2854-984X>. E-mail: manuelladearagao@yahoo.com.br

Autora: Manuella de Aragão Pires

Mestranda em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Programa de Pós-Graduação em Educação, manuelladearagao@yahoo.com.br, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Científica, Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2854-984X>